

## **APRENDENDO COM O PASSADO. Campinas e a gripe de 1918**

**Liane M. Bertucci-Martins**

Professora-doutora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Em 1918 Campinas era uma das cidades mais ricas e modernas não só do estado de São Paulo mas do Brasil. Entretanto, apesar de uma população de aproximadamente 74.000 habitantes e uma próspera economia, a triste lembrança de uma doença epidêmica permanecia viva na memória dos moradores de Campinas. Ao olhar pra sua bandeira, com a imagem da Phenix simbolizando a cidade renascida pós epidemia de febre amarela, ou caminhar por suas ruas, praças e avenidas, com nomes de médicos e beneméritos do final do século XIX, os habitantes da cidade eram, constantemente, convidados a refletir sobre os perigos de uma epidemia. A lembrança da febre amarela, que flagelara o lugar havia menos de trinta anos (especialmente em 1889, mas também em 1890 e 1896) <sup>1</sup>, era permanente, educando cotidianamente os moradores da localidade sobre os desastres de uma moléstia epidêmica.

O ano de 1918 foi um ano difícil para os moradores de Campinas e do Brasil. Ano marcado pelo conflito mundial, foi um período de escassez e carestia de gêneros consumidos pelos campineiros, primeiro os importados depois os da terra: transtornos da guerra. Os soldados precisavam de víveres e eles foram exportados. Ainda houve geada e depois vieram os gafanhotos. Mas, como que ratificando um pavor milenar, junto com a guerra e a fome veio a peste: a chamada gripe espanhola ou influenza espanhola <sup>2</sup>.

A notícia de que uma devastadora epidemia ameaçava o Brasil, depois de fazer vítimas em vários países, chegou a Campinas primeiro através notícias sobre o Rio de Janeiro e a Missão Médica Brasileira que rumava para a Europa em guerra e havia feito escala na África. Informações seguintes davam conta da movimentação de autoridades sanitárias na Capital Federal para receber os enfermos que retornavam do continente africano e algumas medidas de inspeção sanitária dos navios que tocavam a costa brasileira. Tudo foi inútil <sup>3</sup>.

Em poucos dias, manchetes cada vez mais alarmantes dos jornais campineiros afirmavam que a epidemia se alastrava assustadoramente no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Divulgavam que o número de doentes na Capital Federal em dois dias tinha saltado de 20.000 para 200.000. Mas o pior foi a constatação óbvia: havia enorme probabilidade de a gripe espanhola vitimar São Paulo ... e Campinas (**Correio de Campinas**, 15/10/1918). Discussões sobre a natureza da moléstia mobilizaram a comunidade científica nacional e internacional. Com o passar dos dias, apesar de algumas opiniões contrárias e da impotência da ciência médica para debelar prontamente a epidemia, a maioria dos estudiosos definiu a enfermidade como gripe, mas uma gripe excepcionalmente virulenta, perigosa se não tratada com rapidez. Como ? As recomendações dos médicos deveriam ser sempre seguidas, mesmo que sua eficiência fosse relativa (como eram aliás todos os tratamentos para a gripe comum). Afirmavam que a ciência ainda encontraria o remédio específico para aquele mal, afinal era a detentora dos meios que levariam à fórmula da cura — o que não impediu que uma gama variada de medicamentos e poções fosse ofertada às pessoas, desesperadas diante da epidemia avassaladora <sup>4</sup>.

Em Campinas, os boatos tomaram conta da cidade. Na tentativa de dissipar os pensamentos calamitosos, que teimavam em povoar a mente das pessoas, jornais escreviam que Campinas gozava de “lisonjeiro estado sanitário” e combatiam incansavelmente aqueles que se regozijavam com o mal alheio inculcando pânico na população. Necessário era não se abater e afastar tudo que de negativo pudesse, isto sim, facilitar o ataque da gripe epidêmica (**Diário do Povo**, 19/10/1918). Reeditando a convicção nos efeitos nefastos do abatimento moral e do desespero, era reformulada em plena era bacteriológica uma idéia que tinha suas origens em várias obras escritas entre os séculos XIV e XVIII que creditavam à tranqüilidade o poder de obstruir as pestes <sup>5</sup>.

O ataque aos boateiros que infundiam no povo “ingênuo e medroso” o medo por uma moléstia que, diziam, não oferecia gravidade se os devidos cuidados fossem prontamente

tomados, mesclava-se na imprensa com os pedidos para a adoção de ações preventivas contra a gripe espanhola (**Diário do Povo**, 19/10/1918).

Em 23 de outubro o jornal **Diário do Povo** afirmava em sua primeira página ser dever da imprensa acalmar a população, mas também ser impossível negar que Campinas sofria sérios riscos de ser atacada pela influenza espanhola. Afinal, apesar da decantada salubridade do lugar existiam problemas que poucos queriam admitir: faltava água corrente em vários bairros e os cortiços, com péssimas condições higiênicas, faziam parte do cotidiano campineiro — condições propícias para propagação da gripe espanhola, pois resultavam em proximidade física entre as pessoas e dificultavam o rigoroso asseio (**Diário do Povo**, 23/10/1918). Os pobres poderiam ser as maiores vítimas da enfermidade. A epidemia não tinha nada de ‘democrática’, bastava olhar com atenção para outras localidades <sup>6</sup>.

Os primeiros casos de influenza espanhola na cidade foram notificados à Delegacia de Saúde de Campinas em 24 de outubro <sup>7</sup>. Informações na imprensa sobre a moléstia se multiplicaram e diversificaram com velocidade espantosa. Transcrevendo jornais de outros lugares do Brasil, as notícias falavam de gente morrendo pelas ruas, de cadáveres sendo recolhidos em carroça e caminhões e enterrados em valas comuns, de voluntários fazendo serviços públicos (como condução de bonde, entrega de telegramas etc.), de assistência médica descontinua e ineficiente<sup>8</sup>, e desenhavam uma imagem que para os campineiros era muito semelhante a do final do século XIX, época em que a febre amarela devastava sua cidade e outras localidades brasileiras.

Certamente foi essa imagem, ainda tão viva para os moradores de Campinas, que colaborou de forma decisiva para que, do prefeito municipal aos operários da cidade, houvesse grande mobilização na tentativa de deter o avanço da moléstia, cuidar dos enfermos e assistir seus familiares. Machadinho cronista do **Diário do Povo** era categórico:

“Não sei se vocês devem estar lembrados do que se dizia com relação à febre amarela, quando ela dizimava populações inteiras em várias cidades do Brasil.

Ainda me lembro como se fosse hoje, quando saíram os primeiros bandos precatórios pedindo esmolas para os atacados da febre e ninguém se lembrava de recomendar aos campineiros todo o cuidado para evitar a “amarela”, o povo ria e dizia:

-- Qual o que ! Febre amarela não vem à Campinas, nós não somos porto de mar ... o nosso clima não aceita a febre.

E, compadres, vocês sabem bem que isso não aconteceu, vocês viram que a febre veio e limpou duas vezes a cidade que estava imune, livre do perigo (para as zebras, bem se vê).” (**Diário do Povo**, 25/10/1918)

A memória é uma construção de sujeitos históricos, elaborada na relação dos indivíduos com seu cotidiano, impulsionando e sendo construída por suas ações<sup>9</sup>. Assim, a experiência vivenciada pelos campineiros no século XIX, intercambiada pelas pessoas ao longo dos anos, era rememorada explicitamente na tentativa de alertar os moradores de Campinas<sup>10</sup>. Essa experiência relembada foi fundamental para determinar a prontidão e a magnitude das ações tomadas para equipar os campineiros no combate à gripe espanhola e tratamento de suas vítimas. A lembrança revivida da febre amarela foi instrumento de educação para toda a cidade, que observando as providências implementadas em outras localidades, fazia da memória da febre amarela a baliza de suas realizações. Pedidos para que “medidas preventivas” fossem tomadas tornaram-se constantes. Como afirmava um artigo de primeira página do **Diário do Povo**:

“Se as providências adotadas não forem utilizadas, melhor, Campinas porém demonstrará que experimentada por cruéis epidemias sabe se defender...”. ( **Diário do Povo**, 25/10/1918)

Machadinho era contundente:

“Todos devem saber que foi devido a incúria do Governo da República que a “influenza espanhola” penetrou no país e que foi devido a incúria do governo do nosso Estado que ela transpôs as fronteiras do torrão bandeirante e que foi devido a incúria, ao desmazelo dos respectivos governos municipais, que ela penetrou em Santos, invadiu a capital, alastrou-se por outras cidades do interior. Não vá acontecer o mesmo em Campinas.” (**Diário do Povo**, 26/10/1918)

Em 26 de outubro, o vereador Omar Magro, da Comissão de Higiene, declarava que havia se reunido com o prefeito e que medidas no sentido de preparar e ampliar o atendimento médico aos possíveis enfermos da moléstia estavam sendo tomadas. A Santa Casa de Misericórdia colocava duas salas com um total de 60 leitos à disposição de doentes indigentes e instituições beneficentes se prontificaram a colaborar no socorro aos enfermos <sup>11</sup>.

No livro **Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** de Campinas, Benedito da Cruz Passos afirma: “Entre nós reviveu-se [com a gripe espanhola] a época dramática das passadas epidemias de febre amarela” <sup>12</sup>.

Desta forma, instruídos pelos terríveis períodos epidêmicos anteriormente vividos e atentos ao que estava acontecendo em outras cidades, principalmente São Paulo, os moradores de Campinas prepararam-se para enfrentar a influenza espanhola; ações públicas (governamentais e de entidades beneficentes) e particulares (de empresas e grupos de voluntários) se complementaram: além dos hospitais de Isolamento e dos Variolosos, postos de socorro foram instalados, dando assistência médica e distribuindo remédios, refeições e víveres. Na Vila Industrial, o grande bairro operário da cidade, a população estabeleceu por conta própria o Posto Popular (sob a coordenação dos srs. Manoel Freire e J. I. Lacerda Wenerck), que atendia os pedidos de socorro médico e distribuía alimentos. O Circolo Italiani Uniti, que recebeu em seu pequeno posto 30 enfermos, teve seu edifício principal limpo e desinfectado para instalação de um hospital municipal, caso fosse necessário, o que acabou não ocorrendo <sup>13</sup>. Apesar de todo este esforço não faltaram as tragédias: pessoas com influenza espanhola caindo em plena rua e um caso de enforcamento no delírio da febre causada pela gripe espanhola (**Commercio de Campinas**, 5/11/1918; **Diário do Povo**, 21/12/1918).

A propagação da moléstia na cidade foi a princípio lenta, mas progressivamente aumentou o número de casos diariamente registrados, chegando a 316 casos novos em um só dia. A primeira vítima fatal da doença foi o estudante Rafael Eugênio, que mesmo com os

cuidados intensivos de um médico local, doutor Barbosa de Barros, morreu após 8 dias de tratamento, no início de novembro <sup>14</sup>.

Na tentativa de debelar a gripe espanhola, o governo municipal, como o de outras cidades, decidiu proibir todo tipo de reunião, suspendeu as aulas, fechou as casas de diversão e chegou a interditar a venda de algumas frutas (como melancias, que poderiam ocasionar problemas gástricos julgados funestos) e sorvetes <sup>15</sup>

Hábitos foram mudados. Algumas pessoas (mal educadas ?) resistiram: uns insistiam em passear no Bosque Municipal, outros relutavam em acatar a determinação de não visitar os enfermos conhecidos, para desespero das autoridades sanitárias que afirmavam ser o isolamento e a profilaxia individual os mais eficientes meios de combate à moléstia. Muitos desaprovaram as atitudes daqueles seus concidadãos. As determinações dos médicos eram claras: evitar aglomerados e contatos físicos como beijos, abraços ou apertos de mão <sup>16</sup>. Todos deveriam acatar os conselhos.

Para combater a influenza espanhola era recomendada dieta leve, com chás e caldos de galinha ou carne de vaca, e repouso diante de qualquer sintoma que pudesse indicar a presença da doença, como um espirro, febre ou tosse (especialmente temida, pois podia significar problemas no pulmão). A gripe espanhola teve seus remédios populares, que muitas vezes foram combinados pelas pessoas com as prescrições médicas e, em alguns momentos, recomendados pelos próprios clínicos, como a infusão da folha da goiabeira. Entre os mais utilizados estavam o limão, a canela, e o alho. A queima de enxofre dentro das casas (para ‘limpar o ar’, matar possíveis transmissores da doença) também aconteceu, enxofre que havia sido usado para combater a febre amarela nos idos de 1889. Durante todo o período epidêmico também não faltaram as orações para São Sebastião, o protetor contra a peste, e textos onde a doença aparecia como um castigo divino enviado contra a humanidade descrente ou pecadora, reproduzindo um temor secular que sempre assaltava os homens nas calamidades. (**Commercio de Campinas**, 31/10; 6 e 23/11; 3/12/1918) <sup>17</sup>.

Entre os medicamentos ‘comerciais’ ou ‘oficiais’ mais anunciados pelos jornais campineiros, além do quinino, largamente utilizado por todos, estava o *Transpira-dor* preparado por uma filha da terra, a farmacêutica Nair Bueno Bierrenbach. (**Comercio de Campinas**, 18/10/1918; **Correio de Campinas**, 25/10/1918)

Mas, com a desorganização geral da vida coletiva que a epidemia trazia, muitas vezes quem não morria da doença epidêmica era vitimado por uma de suas conseqüências mais tenebrosas: a fome. Jornais do Rio de Janeiro denunciavam a situação desesperadora dos distritos mais pobres da Capital Federal com a carestia e o fechamento de estabelecimentos comerciais <sup>18</sup>. Em Campinas para minimizar a situação e coibir o abuso nos preços dos gêneros de primeira necessidade, a prefeitura da cidade vendeu frangos e ovos a preços módicos em uma das dependências do Mercado Municipal e intensificou a fiscalização do comércio de diversos produtos, principalmente do leite.

Ainda com o objetivo de evitar uma devastação de maiores proporções e também de preparar a cidade para as piores conseqüências da epidemia, outras providências foram tomadas. Houve aumento no número de pessoas trabalhando no setor de limpeza pública de Campinas — a salubridade colaboraria para a saúde da comunidade. No cemitério, onde as visitas estavam proibidas, muitas covas foram abertas, devido ao receio do aumento da mortalidade ... que como em 1919 afirmou aliviado o prefeito Heitor Penteado “(...) não foram precisas felizmente” <sup>19</sup>. O mesmo acontecendo quando locais organizados para atender os doentes começaram a encerrar suas atividades: no Hospital Corrêa de Mello, livros de registros preparados para uma longa lista de enfermos (e de gastos) não passaram do preenchimento das primeiras páginas <sup>20</sup>. Não se repetira a catástrofe da febre amarela. Entre outubro e dezembro de 1918, 6.707 moradores da cidade de Campinas haviam adoecido de gripe espanhola e mais 610 pessoas dos distritos e zona rural do município; a mortalidade total, considerada “diminuta”, foi de 209 indivíduos, segundo os números do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo <sup>21</sup>.

Ao concluir seu relatório sobre a epidemia de gripe espanhola, o prefeito de Campinas, mesmo não conseguindo escamotear o rastro de desorganização social, tristeza e medo que a influenza espanhola deixara na localidade, exaltava as virtudes das pessoas que trabalharam durante a epidemia e que haviam contribuído para que “não se avolumasse o mal”<sup>22</sup>. Quanto a educação informal e cotidiana dos campineiros sobre catástrofes epidêmicas foi decisiva naquele período crítico de 1918 ? Quanto o alerta representado pela lembrança da febre amarela teria colaborado para o empenho daqueles homens ? Mesmo considerando apenas os artigos dos jornais de Campinas, muito com certeza.

---

<sup>1</sup> Cf.:SANTOS FILHO, L.C.;NOVAES, J.N. **A febre amarela em Campinas 1889-1900**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996

<sup>2</sup> BERTUCCI, L.M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed.Unicamp, 2004, p.90-92

<sup>3</sup> BERTUCCI, op.cit, p. 92-100

<sup>4</sup> Neste texto ciência e medicina referem-se a alopatia. Sobre as discussões médicas, que envolviam também homeopatas, veja: BERTUCCI, op.cit., p.197-220 e 313-338

<sup>5</sup> DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.125-127

<sup>6</sup> Cf.: BERTOLLI FILHO, C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.89-95

<sup>7</sup> MEYER, C.L. e TEIXEIRA, J.R. **A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo** São Paulo: Casa Duprat, 1920 ,p.179

<sup>8</sup> Estas terríveis conseqüências da gripe espanhola também ficaram na memória de várias pessoas de outras localidades brasileiras. Entre outros: BOSI, E. **Memória e sociedade** São Paulo: T.A. Queiroz, 1983

<sup>9</sup> LE GOFF, J. Memória e história. In: **Enciclopédia Einaudi** Porto: Imprensa Nacional/Casa, 1984

<sup>10</sup> Sobre os temas memória, experiência/vivência, veja: BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. BENJAMIN, W. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: **Os Pensadores** São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. XLVIII. GALZERANI, M.C.B. “Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin”.In: FARIA; DEMARTINI; PRADO (orgs.) **Por uma cultura da infância** Campinas: Ed.Autores Associados, 2002, p.49-68

<sup>11</sup> **Actas das Sessões da Câmara Municipal de Campinas** 26/10/1918, p.50

<sup>12</sup> PASSOS, B.da C. **Registro Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (1873-1960)** Campinas: Gráfica Saraiva, 1966, p.209

<sup>13</sup> **Diário do Povo**, 24/11/1918. **Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura municipal de Campinas, durante o exercício de 1918 pelo prefeito Dr. Heitor Penteado** Campinas: Typ. Livro Azul, 1919, p.15-16

<sup>14</sup> PASSOS, op.cit., p.210. **Relatório dos trabalhos** ..., p.17

<sup>15</sup> **Relatório dos trabalhos** ..., p.54

<sup>16</sup> **Relatório dos trabalhos** ... Zelador do Bosque Municipal. **Diário do Povo**, 30/10/1918

<sup>17</sup> Sobre castigo divino: DELUMEAU, op.cit., p.144-150. DEFOE, D. **Um diário do ano da peste** Porto Alegre: L&PM, 1987. Sobre as práticas populares de cura, comuns em outras cidades durante a gripe espanhola, confira: BERTUCCI, op.cit. p. 220-246. BRITO, N. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.IV, nº 1, p. 11-30, mar./jun. 1997

<sup>18</sup> BRITO, op.cit., p.22-23

<sup>19</sup> **Relatório dos trabalhos** ..., p.17. Ofício administrador cemitério municipal

<sup>20</sup> Veja: Hospital Corrêa de Mello. Mantido pela Prefeitura - **Registro do pessoal e inventário de objectos** ... etc. Aberto em 1º de novembro de 1918.Fechado em dezembro de 1918. Hospital Corrêa de Mello. Mantido pela Prefeitura -**Registro dos enfermos na epidemia de Gripe Espanhola**. Aberto em 1º de novembro de 1918. Fechado em dezembro de 1918

<sup>21</sup> Cf: MEYER; TEIXEIRA, op.cit., p.179-187

<sup>22</sup> **Relatório dos trabalhos** ..., p.18